

# A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL PARA UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Iolanda Neves<sup>1</sup>  
Laurita de Queiroz Bomdespacho<sup>2</sup>  
Dagoberto José Fonseca<sup>3</sup>  
Eliana Bolorino Canteiro Martins<sup>4</sup>

## RESUMO

O artigo busca discorrer sobre dimensão educativa do Serviço Social e sua relação com a luta antirracista. Sendo assim, o estudo analisa as raízes históricas da discriminação racial no país e destaca a importância de promover a conscientização, a sensibilização e a transformação social por meio de práticas pedagógicas revolucionárias, possibilitando a abertura de diálogos transformadores. Além disso, busca-se compreender como o Serviço Social pode desempenhar um papel ativo na promoção da igualdade racial, através de suas intervenções e práticas profissionais.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; Serviço Social; Dimensão Educativa.

## ABSTRACT

The article seeks to discuss the educational dimension of Social Work and its relationship with the anti-racist struggle. The study analyzes the historical roots of racial discrimination in Brazil and highlights the importance of promoting awareness, sensitization, and social transformation through revolutionary pedagogical practices, enabling the opening of transformative dialogues. In addition, it seeks to understand how Social Work can play an active role in the promotion of racial equality through its professional interventions and practices.

**Keywords:** Antiracist Education; Social Work; Educational Dimension

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista - UNESP; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); [iolanda.neves@unesp.br](mailto:iolanda.neves@unesp.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); [laurita.bomdespacho@unesp.br](mailto:laurita.bomdespacho@unesp.br)

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP; Profº Drº no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); [dagoberto.jose@unesp.br](mailto:dagoberto.jose@unesp.br)

<sup>4</sup> Universidade Estadual Paulista - UNESP; Profª Drª no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); [elianacanteiro@terra.com.br](mailto:elianacanteiro@terra.com.br)

## **1 INTRODUÇÃO**

O artigo analisa teoricamente e busca compreender a dimensão educativa e as práticas da educação antirracista do Serviço Social que estão imbricadas com o projeto-ético político profissional, trazendo a profissão a assumir essa tarefa de construir no coletivo um exercício profissional que combata toda forma de opressão e discriminação.

Esta escolha deve-se ao fato do racismo ainda se manter presente e latente nas relações sociais e em suas estruturas. Compreendo o Serviço Social como uma das principais profissões com um contato ímpar com as expressões da questão social, tendo assim, um contato que estabelece por meio das políticas públicas o atendimento com a população mais empobrecida, logo, em sua maioria pessoas negras, é preciso pensar não só a importância mas os rebatimentos que se tem quando construímos um diálogo de luta, resistência e existência para com essa população.

Neste sentido, para pensar essas questões trazemos a dimensão educativa da profissão. Compreendendo que a mesma proporciona maior impacto na estrutura social vigente, se a entendermos como uma prática crítica de perfil emancipatório.

A pesquisa baseia-se em referências teóricas da Educação antirracista no Serviço Social, bem como na dimensão educativa presente nas intervenções relacionadas à proteção social e ao combate às desigualdades.

Por fim, aqui trazemos o compromisso ético em promover a igualdade e enfrentar o racismo, que é enfatizado como uma constante na categoria profissional em Serviço Social.

## **2 DIMENSÃO EDUCATIVA E O SERVIÇO SOCIAL**

O Serviço Social tem em seu horizonte e em seus pilares éticos profissionais, construir junto da classe trabalhadora caminhos para a emancipação política e social dos sujeitos desta sociabilidade do capital. Podendo assim se dizer que é uma profissão essencialmente educativa, pois compreende que só a partir dos processos educativos, ou seja, trocas de experiências, informações e entre outros, é que se pode fortalecer vislumbrar construir uma emancipação humana em sua plenitude.

Em concordância com Giaqueto, e se pensando a dimensão educativa do Serviço Social, é necessário trazer que

Esta dimensão tem estreito vínculo com a organização da cultura visto que as relações profissionais que se estabelecem na atuação profissional dos(as) assistentes sociais concretizam-se não somente sob a forma de ação material, mas fundamentalmente ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes expropriadas de seus direitos, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos. (GIAQUETO, 2017, p.85).

Neste sentido, reiteramos que, ao falarmos da dimensão educativa do Serviço Social estamos falando das trocas interpessoais, o processo de informatização dos sujeitos a quem prestamos atendimentos, a maneira que os acolhemos e conseguimos estabelecer vínculos que proporcionam a compreender as mediações de acesso e a defesa dos direitos dos mesmos.

Com isso, quer se dizer, também, que a dimensão educativa do Serviço Social é corajosa, mas sobretudo combativa. Visto que dentro de um sistema que visa individualizar os problemas sociais, estratificar as relações cotidianas de maneira desumana, competitiva e meritocrática se colocar ao lado dos sujeitos historicamente desprotegidos socialmente, como faz o Serviço Social, é criar um campo de embate.

Dada a realidade que vivenciamos no sistema capitalista, o embate inevitável. Assim, para que esse embate seja feito com qualidade, visando rebatimentos positivos no que diz respeito a humanização dos sujeitos, ou seja, garantia de acesso a direitos fundamentais, é preciso que o/a profissional esteja imbuída/o de uma prática revolucionária. Por isso, é preciso reiterar nestas linhas a importância do aprofundamento teórico-crítico e revolucionário, pois, só a experiência empírica não dá conta de proporcionar ações radicais para a mudança dessa estrutura tão bem ferramentada.

Pensar a dimensão educativa do Serviço Social implicará em apreender o que traz Gramsci, que propõe pensar e realizar uma pedagogia que não se restringe apenas à área da educação. E com isso quer se dizer que, é preciso vislumbrar uma pedagogia revolucionária, que se situa:

em toda sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seqüezes, entre dirigente e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exércitos". (GIAQUETO apud GRAMSCI, 2017, p.)

Para que isto se torne realidade é mais que necessário que antes apreendamos que a discussão precisa partir da realidade em que os sujeitos de nossos atendimentos estão inseridos e, também, visualizar que o “[...]” grande desafio que se coloca na conjuntura atual é, através da organização popular, estimular o potencial transformador dessas classes. [...]” (GIAQUETO, 2017, p.85) Logo, é basilar que a analisemos a realidade posta levando em conta os rebatimentos de: gênero, raça e classe.

Diz-se isso, porque dentro da sociabilidade do capital, é possível ver que os pilares que mantém as disparidades sociais são, sobretudo, o racismo, sexismo e aporofobia. Estes apontamentos se apresentam em pesquisas como as do IPEA (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada), em que as pessoas negras, mas sobretudo mulheres negras, são os principais sujeitos no que diz respeito ao não acesso às políticas sociais.

Por isso, a dimensão educativa é, também, uma estratégia de enfrentamento a este sistema sexista, misógino, classista e racista, que visa assim a radicalização das reivindicações dos grupos historicamente desprotegidos socialmente.

Reitera-se aqui que dimensão educativa não se cria e nem se finda no Serviço Social. Ela é um projeto de sociedade que se pauta nos acessos aos direitos, mas sobretudo na igualdade humana. A dimensão educativa é ir na contramão da hegemonia burguesa, que visa o acúmulo, a individualização das pautas sociais.

Com isso, é preciso dizer que a dimensão educativa é compreender historicamente a realidade social, e que a mesma possibilita a construção horizontal de uma sociedade mais igualitária entre os indivíduos, para assim construir uma nova ordem societária em que podemos forjar o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

## **2.1 O negro no Brasil e o racismo<sup>5</sup>**

---

<sup>5</sup> O texto presente foi extraído e reelaborado do trabalho de conclusão de curso de Iolanda Neves 2022.

O racismo desempenhou um papel fundamental na economia com a escravização e com o processo da colonização de diversos países. E fez do Brasil um dos países com a maior população negra fora do continente africano.

Silvio Almeida, em seu livro *O Racismo Estrutural*, (2019) ressalta que o racismo é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram moldadas pela escravização. Isso significa que a desigualdade racial é um elemento intrínseco às relações comerciais e de classe.

Apesar de todas essas mudanças, e embora os trabalhadores tenham passado a vender sua força de trabalho em troca de pagamento, é certo que remanescem o racismo, o preconceito e a ofensa à dignidade humana, repercutindo em desigualdades sociais e estruturais e produzindo efeitos nefastos na ética e na economia. (LAURINDO et al., 2023, p.30).

Assim, a modernização e o desenvolvimento econômico muitas vezes representam momentos em que os parâmetros raciais são adaptados às novas fases da acumulação capitalista. Em resumo, para se renovar, o capitalismo precisa renovar o racismo, substituindo formas oficiais de racismo e segregação legalizada pela indiferença disfarçada de igualdade racial sob o disfarce da democracia.

Inspirado no título do artigo "Quando o nó da questão racial é a questão social" de Renata Gonçalves (2018), não podemos discutir a questão racial no Brasil sem fazer um resgate histórico que nos leve de volta aos séculos de escravização do povo negro. As consequências das torturas sofridas por esse povo, especialmente pelas mulheres negras, foram extremamente profundas e ainda hoje pessoas negras enfrentam situações de extrema desigualdade social. Isso ocorreu porque os séculos de escravização legitimada garantiram a consolidação do racismo como um dos principais pilares da dominação social do sistema capitalista. Juntamente com o classismo e o sexismo, o racismo determina as relações sociais capitalistas, tendo como principal objetivo a desumanização de pessoas não brancas, mulheres e pobres.

No século XVIII, durante o Império Brasileiro, surgiram ideias iluministas em todo o mundo, promovendo o fim das ideias absolutistas e mercantis e levando

países de todo o mundo a buscar mudanças na produção e na mão de obra escravizada. Nesse momento, começou-se a compreender o significado da democracia e a necessidade de "racionalizar as ações humanas". Pensadores como John Locke, Rousseau e Montesquieu disseminaram perspectivas liberais burguesas de emancipação humana. Não que o mundo estivesse pronto para o fim da escravidão, pois a expropriação era a essência do sistema branco e sexista que estava sendo construído. No entanto, os quilombolas e os movimentos abolicionistas encontraram adesão em uma parcela da sociedade, o que tornou necessárias mudanças em relação ao trabalho escravizado.

Nesse contexto, a classe média urbana surgiu como a força motriz da revolução política anti-escravagista brasileira mas sempre com seus interesses claros:

Presença de uma classe média urbana de difícil definição histórico-sociológica, mas caracterizada por uma ideologia e por uma prática heterônomas e ambíguas, tanto oscilando entre uma posição de classe atrelada às frações da classe dominante (como é o caso dos ideólogos autoritários tais como Alberto Torres ou Oliveira Vianna, dos Tenentes ou do Integralismo) quanto se radicalizando à maneira pequeno-burguesa, atrelando-se à classe operária para emperrá-la e frear sua prática revolucionária (como é o caso do Partido Comunista e da Aliança Nacional Libertadora, a ALN). (CHAUI, 2017, p.8)

A classe média urbana desempenha um papel extremamente importante nas relações sociais brasileiras, pois é a partir dela que começamos a falar do "país das três raças" e a construir um racismo "velado", que se torna a principal arma do genocídio da população não branca no Brasil.

Nesse sentido, o sistema capitalista se fortalece na sociedade brasileira, e as ideias republicanas surgem ironicamente após a abolição da escravização em 1888. Assim, o Brasil Imperial dá lugar à Primeira República Brasileira, que surge da abolição da escravização. Portanto, pode-se dizer que a então república brasileira "esbarrou em um processo que vinha ganhando corpo não apenas entre a classe dominante, mas também permeando toda a sociedade brasileira, que depreciava os ex-escravizados" (GONÇALVES, 2018, p. 3).

Durante a República do Brasil, prevalecia o discurso dominante de que esses ex-escravizados não eram qualificados o suficiente para contribuir na construção de uma nação capitalista grandiosa (GONÇALVES, 2018, p. 3). Era necessário apagar

o passado escravista e encontrar uma solução para a população negra, que agora estava livre e ocupava as ruas e os morros. Dessa forma, na história do Brasil, os negros passaram a ser tratados como caso de polícia, como exemplo podemos citar o artigo 158 do Código Penal de 1890 em que se criminalizava a prática de curandeiro, que são praticados por comunidades indígenas e negras devidos a ausência de acesso a saúde pública. Surgiram teorias e leis que criminalizam suas características, sua cultura e tudo o que estivesse associado à negritude, um outro exemplo disso é a política migratória implementada pelo Estado brasileiro, que buscava importar mão de obra qualificada para o novo processo produtivo, com o objetivo de solucionar a falta de trabalhadores e, ao mesmo tempo, promover o embranquecimento da população brasileira por meio de violações sexuais contra mulheres negras e indígenas. Essas mulheres são fundamentais para compreender as relações políticas e sociais brasileiras até os dias de hoje.

### **2.1.1 Serviço Social & Antirracismo: práticas pedagógicas revolucionárias.**

Para um Serviço Social radicalmente comprometido com a educação antirracista devemos descolonizar nossas epistemes e construir uma intersecção de saberes. Para isso, reitera-se a necessidade de tomar posse da interseccionalidade como forma de investigação crítica e práxis. (COLLINS, 2022, p.16,)

Como é preciso manter as relações sociais alienadas e estranhas, o sistema do capital constrói condições políticas e ideológicas que as propiciam.

O racismo é um exemplo. Pois, por mais que cotidianamente seja construído através das relações sociais um status de que existe uma harmonia racial, o que se pode perceber é que pessoas negras continuam em lugares de subalternidade de desumanização, sendo possível se constatar através de diversos estudos sociais e econômicos. Ou seja, a questão racial só está em novas roupagens. Não é possível apagar as atrocidades seculares que a irracionalidade do racismo deixou cravado no mundo.

A compreensão das bases que estruturam a desigualdade de classes no Brasil é tarefa primordial para o Serviço Social na contemporaneidade, uma vez que

a profissão assume publicamente, a partir da década de 1980, um compromisso ético-político com as lutas da classe trabalhadora, tendo como horizonte uma nova ordem societária livre da exploração, dominação e opressão de classe, gênero e raça/etnia.

Para Eurico, et. al (p. 295) Na sua origem histórica e conceitual a questão social é expressão da generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias, a qual se relaciona diretamente o pauperismo, como materialização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção de apropriação privada do excedente produzido. E de acordo com lamamoto (2007) a questão social “[...] expressa, portanto, uma arena de lutas.

Neste sentido, compreendo que a questão social é um campo de disputa entre os trabalhadores e a burguesia, é que o Serviço Social se insere, na perspectiva de construir diálogos fundamentais para a superação da questão social. Sendo o Serviço Social uma profissão de contato ímpar com a realidade dos sujeitos desta sociabilidade, é imprescindível que os debates acerca do racismo e seus rebatimentos em toda população negros sejam feitos. Visto que, a troca, o diálogo está intrinsecamente ligado à dimensão educativa, essa que como foi colocado neste artigo, promove irmos em uma direção contra hegemônica.

O racismo é eixo fundante da sociabilidade do capital, com isso, quer se dizer que ele não é uma ideologia, se entendermos ideologia enquanto algo passageiro, mas sim uma política efetiva que vem dando certo há muitos séculos, sendo assim, no presente, indispensável para se manter o sistema capitalista que só se sustenta a partir das disparidades sociais, mas sobretudo do racismo que movimenta o sistema capitalista em sua interface que mais lhe importa, a econômica.

A desigualdade da troca possui em seu umbigo a sistemática, que há de transformar o medo em racismo, ou incompreensão da diferença que o outro possui, em suposto para o medo e seus substratos, o ódio, o genocídio e dominação. (BARBOSA, 2022, p. 4)

E se, não se tem conhecimentos desta política e seus desdobramentos nocivos em seu todo, o que se apresenta é a desumanização de corpos negros e a



dilaceração de toda uma possibilidade de superação do sistema vigente, mas sobretudo do racismo.

Em síntese, necessitamos reduzir o que no Outro é humano a uma mercadoria, para incorporá-la ao processo de capital. O capital cresce com a identificação negativa do Outro. Ele não é humano, é-nos diferente, só será útil se servir aos nossos propósitos. Daí dizerem os antigos romanos: o homem é o lobo do homem. (BARBOSA, 2022, p.5)

Para enfrentar os rebatimentos da questão racial, é importante que estejamos imbuídos de uma historicidade que tem como objetivo principal compreender o passado para que no presente isto nunca mais se repita. Essa tarefa precisa ser constante, coletiva e revolucionária.

Neste sentido, a dimensão educativa da profissão, que podemos dizer que é intrínseca ao Serviço Social, e não pode ser vista enquanto um apêndice, se revela enquanto indispensável para que se pense a ampliação e efetivação de direitos e a erradicação do racismo.

Diz isso, porque as bases da profissão como foi apontado, são principalmente, educativas, vide o código de ética e o que se propõe na formação do assistente social.

Assim, uma profissão como o Serviço Social tem todas as possibilidades de construir ações e diálogos antirracistas, principalmente quando se apropria do cotidiano e suas relações sociais. E ao compreender essas bases, tem-se materializado os principais sujeitos do trabalho do Serviço Social, estes que precisam de uma profissão que esteja imbuída da apreensão da realidade e os rebatimentos da mesma na vida destas pessoas para que assim se consiga, não só caracterizar ainda mais o Serviço Social como uma profissão combativa mas como uma profissão que trabalha incessantemente na garantia de direitos e erradicação de toda forma de preconceito.

Além disso, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na desconstrução das estruturas racistas enraizadas na sociedade. Através de suas práticas e intervenções, os profissionais de Serviço Social têm a oportunidade de promover a equidade e a justiça social, desafiando a hegemonia burguesa que afeta de forma desproporcional e irracional as pessoas negras.

Para alcançar essa transformação, é essencial que os assistentes sociais estejam comprometidos em compreender a complexidade das relações sociais, as interseccionalidades e as formas interconectadas de opressão que afetam as vidas

das pessoas. E isso tudo, implica reconhecer a interseção entre raça, gênero, classe social e outras formas de discriminação, estas que só podem ser compreendidas quando a teoria e a prática andam juntas.

Isso envolve o desenvolvimento de parcerias com comunidades negras, organizações não governamentais e movimentos sociais, para fortalecer a luta contra o racismo estrutural. Ou seja, adentrar ainda mais no cotidiano destas pessoas a fim de perceber as particularidades que o envolvem.

Ademais, o Serviço Social desempenha um papel significativo na defesa intransigente dos direitos das pessoas negras, que garanta o acesso igualitário e ampliações dos serviços e recursos disponíveis na sociedade. Isso implica em identificar e combater as práticas discriminatórias e promover políticas públicas inclusivas, capazes de promover a justiça social, igualdade racial e a valorização da diversidade.

Portanto, reiteramos que a atuação antirracista no Serviço Social é um compromisso ético e político, que busca a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa. Por meio de suas práticas comprometidas com a equidade, os assistentes sociais têm o potencial de impactar positivamente a vida das pessoas negras, fortalecendo suas vozes e contribuindo para a superação das desigualdades históricas que persistem em nossa sociedade.

### **3 CONCLUSÃO**

O racismo é um tema inesgotável, principalmente quando compreendemos que ele ainda não foi superado, como costuma ser trazido em nosso cotidiano. Sendo assim, podemos concluir que ele deve ser debatido quantas vezes for necessário, entendendo que esta realidade, em que pessoas negras têm seus corpos desumanizados, ainda persiste.

Dito isso, se destaca a importância da dimensão educativa nas intervenções relacionadas às proteções sociais e ao combate às desigualdades, com ênfase no racismo, enfatizando que o compromisso ético que o Serviço Social deve ser constante. Conectado a práticas pedagógicas revolucionárias, o Serviço Social tem um compromisso em construir a luta antirracista. Ou seja, isto é intrínseco à profissão. Neste sentido, discutir a dimensão educativa do Serviço Social e a luta

antirracista direciona a pensar bases sólidas para a compreensão e fortalecimento do papel do Serviço Social no compromisso com a luta contra o racismo.

Por fim, o presente artigo ousou discorrer em um campo ainda muito recente que é a compreensão do papel pedagógico crítico do Serviço Social. Que possibilitou discorrer ainda mais sobre esta realidade posta pelo sistema do capital. Visando assim, a emancipação humana social e política, em que a liberdade se transforme em alternativas sólidas fazendo com que todas as necessidades dos indivíduos que compõem esta sociedade não fiquem no plano de fundo desta realidade. E assim, por fim alcancemos uma sociabilidade em que a soberania venha do povo.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Marina Maciel et al. Mobilização social e práticas educativas. **ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB**, p. 593-608, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

CHAUI, Marilena; ROCHA, André. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chaui, vol. 2**. Autêntica, 2017.

DA ABEPSS, Grupo Temático de Pesquisa et al. **FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**. Temporalis, v. 21, n. 42, p. 293-303, 2021.

BARBOSA, W. do N. **RACISMO E DOMINAÇÃO SUBALTERNA: OLHANDO PELA FRESTA NEOCOLONIAL**. Revista Mouro, [S. l.], v. 12, n. 15, 2022. Disponível em: [https://revista.mouro.com.br/index.php/Revista\\_Mouro/article/view/11](https://revista.mouro.com.br/index.php/Revista_Mouro/article/view/11). Acesso em: 23 jun. 2023.

EURICO, Márcia Campos. **Da Escravidão ao Trabalho Livre:: contribuições para o trabalho do assistente social**. Ser Social, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.

LAURINDO, A. et al. **A história: fatos reais e as dores da escravização araraquarense**. São, SP: RiMa Editorial, 2023. Ebook.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damaris; ALBUQUERQUE, Valéria (Ed.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. Cortez Editora, p. 26-62, 2018.

JANCINTO GIAQUETO, Adriana. **Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico**. Ensaios sobre Antonio Gramsci, R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157728/S1414-49802017000100084.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 22 de jun. de 2023.